



GENDER BUDGETING: AVALIAÇÃO DOS ORÇAMENTOS EM FUNÇÃO DO GÉNERO EM TODOS OS NÍVEIS DO PROCESSO ORÇAMENTAL E REESTRUTURANDO RECEITAS E DESPESAS POR FORMA A PROMOVER A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS (COE)

INTRODUÇÃO.....	2
DINHEIRO PÚBLICO E GÉNERO	5
Porque razão os orçamentos não são “neutros em termos de género”	5
O que é um orçamento sensível ao género?.....	7
Elementos a considerar em relação aos orçamentos sensíveis ao género.....	9
O "agregado familiar" – desigualdade de recursos e de poder	9
O impacto das decisões orçamentais sobre o trabalho não pago	9
As várias dimensões da desigualdade e as políticas públicas	10
“Análise de género no orçamento” e “orçamento sensível ao género”	10
Orçamentos sensíveis ao género e <i>mainstreaming</i> de género.....	11
Orçamentos sensíveis ao género e boa governança	11
Orçamentos sensíveis ao género e eficácia económica	12
ATORES, MOMENTOS E NÍVEIS DE ATUAÇÃO - DETALHES DO ORÇAMENTO DE GÉNERO	13
Componentes do orçamento, atores, momentos.....	13
Receita e Despesa do Estado	13
O calendário da ação – etapas do ciclo orçamental	15
Atores que podem iniciar orçamentos sensíveis ao género.....	17
Nível de ação.....	19
Métodos e ferramentas	19
A necessidade crucial de estatísticas desagregadas por sexo	23
NOTAS / PARA SABER MAIS.....	24

11.11.2018

Começo por agradecer à Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação (SINC), o convite formulado para esta audição sobre a **importância da adoção de Orçamentos com impacto de género**, na sequência da aprovação da **Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro** (Lei do Orçamento do Estado), que prevê no seu artigo 17º a obrigatoriedade de elaboração de um relatório anual sobre a implementação de orçamentos com impacto de género¹.

.....

2

INTRODUÇÃO

Em todas as sociedades, **o acesso a recursos, direitos e poder ainda estão distribuídos de forma desigual entre mulheres e homens**. Em quase todas as áreas da vida, essa distribuição desigual de riqueza, poder e qualidade de vida **é mais favorável aos homens do que às mulheres**.

Em Portugal:

- Em cada 100 pessoas sem escolarização 71 são mulheres e 29 são homens (2015);
- A segregação nas escolhas educacionais verifica-se com a sub-representação das mulheres na engenharia, nas indústrias transformadoras e na construção e verifica-se uma tendência decrescente desde 2000 de mulheres diplomadas em TIC, 19,8% (2014);
- A taxa de emprego dos homens é superior à das mulheres em 6,8 pontos percentuais (2016);
- O emprego a tempo parcial das mulheres é superior ao dos homens em 5,4 pontos percentuais (2015);
- As mulheres auferem em média uma remuneração base mensal inferior à dos homens em 16,7% (2015). O diferencial aumenta à medida que aumenta o nível de qualificação, atingindo 26,4% nos quadros superiores (2015);
- Por cada 100 crianças nascidas, 85,4% das mulheres gozam a licença de parentalidade (120 ou 150 dias) versus 27,5% dos homens (2015);
- As mulheres continuam a dedicar diariamente mais 1 hora e 45 minutos do que os homens às tarefas domésticas e de cuidado (2015);
- A taxa de risco de pobreza das mulheres em Portugal é superior à dos homens em 1,4 pontos percentuais (2015);

- As mulheres representam apenas 33% das/os deputados/as à Assembleia da República (2015);
- As mulheres representam apenas 10,4% das/os Presidentes de Câmara (2017) e a sua participação no poder local é particularmente baixa nos órgãos executivos, tanto nas Câmaras Municipais como nas Juntas de Freguesia;
- As mulheres representam apenas 30,5% do Governo - Ministras, Secretárias de Estado ou equiparadas a Subsecretárias de Estado – (2015);
- As mulheres representam apenas 12% dos membros dos conselhos de administração das empresas do PSI20 (empresas cotadas em Bolsa) (2017). Entre os/as administradores/as executivos/as, esta percentagem é ainda mais baixa: 7%, atingindo os 16% entre os/as administradores/as não executivos/as;
- Nos órgãos de fiscalização das empresas cotadas em bolsa, as mulheres representam 11% e os homens 89%. Por seu turno, no setor empresarial do Estado, as mulheres representam apenas 28% nos órgãos de administração, sendo esta percentagem de 20% que ao nível do sector empresarial local (2017);
- 80% das vítimas nas queixas de violência doméstica são mulheres e os homens são 84% dos agressores (2016);
- As meninas e raparigas representam 81,3% das crianças vítimas de abuso sexual. 90,5% das vítimas de violação são mulheres (2016)²

e poderia continuar....Mas penso que ficou claro: **o acesso a recursos, direitos e poder ainda estão distribuídos de forma desigual entre mulheres e homens, em Portugal, em 2018!**

A igualdade entre mulheres e homens significa que cada pessoa pode desenvolver as suas próprias competências e fazer as suas próprias escolhas, sem quaisquer limitações resultantes dos papéis de género socialmente atribuídos a mulheres e homens. A igualdade entre mulheres e homens respeita a dignidade fundamental e os direitos humanos de todas as pessoas, reconhecendo que os direitos humanos são:

- **Universais:** os direitos aplicam-se independentemente do sexo, idade, etnia, classe, etc.
- **Inalienáveis:** os direitos humanos não são criados por lei, costume ou crença; os governos não podem tirá-los ou dá-los, e não podem ser transferidos para mais ninguém.
- **Indivisíveis:** os direitos civis e políticos, e os direitos sociais, económicos e culturais são interdependentes; a indivisibilidade

reconhece que não é possível exercer completamente, por exemplo, o nosso direito à liberdade de expressão, sem que o nosso direito à educação esteja cumprido.

A igualdade entre mulheres e homens constata e reconhece que "mulheres" e "homens" não são dois grupos homogêneos. A identidade de cada mulher e de cada homem é constituída por diferentes fatores: idade, etnia, rendimento, classe, ser portador/a de deficiência, etc.. Estes diferentes elementos combinam-se e cruzam-se, condicionando o modo como cada um/a de nós se envolve com o mundo que nos rodeia.

Esses fatores de intersecção moldam a natureza, a amplitude e a profundidade das desigualdades de género. Ao reconhecer a interseccionalidade, entendemos que cada uma dessas dimensões da diferença é, por si só, de género: por exemplo, ser membro de um grupo étnico minoritário será vivido de maneira diferente pelas mulheres e pelos homens membros desse grupo; ser uma mulher mais velha numa área rural remota é uma experiência diferente de viver num ambiente urbano.

Uma visão holística da igualdade de género abrange, portanto, as diversas experiências de mulheres e de homens, levando em consideração a forma como diferentes dimensões das suas vidas se cruzam para moldar os constrangimentos e oportunidades que enfrentam.

Todas as políticas públicas desempenham um papel na realização do objetivo político, económico e social da igualdade entre mulheres e homens. E as opções dos governos quanto ao financiamento dessas políticas – por exemplo, através de diferentes medidas de tributação – e quanto à forma como o dinheiro é efetivamente aplicado - por exemplo, em serviços públicos como a saúde e habitação ou na construção de estradas - pode ampliar ou diminuir as desigualdades entre mulheres e dos homens.

Os orçamentos transformam prioridades e compromissos em políticas públicas declinadas em medidas práticas. Quando se trabalha para alcançar uma sociedade mais igualitária, é importante questionar se o compromisso para com a igualdade de género é levado em consideração sempre que o governo toma decisões relativamente à forma como o dinheiro é arrecadado e despendido. O "Orçamento sensível ao género" é justamente o processo através do qual se avalia o contributo dos orçamentos públicos para a realização da igualdade entre mulheres e homens e, em função desta avaliação, se introduzem mudanças que garantam a promoção efetiva desta igualdade.

A minha apresentação irá, assim, abordar dois grandes temas:

- O que é um orçamento sensível ao género e quais os seus objetivos e estratégias;
- Quais as especificidades de uma análise de género do orçamento; quem podem ser os atores das iniciativas de orçamentos sensíveis ao género; e a que nível podem ser lançadas as iniciativas - nacional, regional, local.

.....

DINHEIRO PÚBLICO E GÉNERO

5

Porque razão os orçamentos não são “neutros em termos de género”

Em geral, os governos e as/os cidadãos/cidadãs consideram que os orçamentos são instrumentos de política neutros em termos de género, ou seja, geralmente são vistos como não tendo diferentes impactos nas situações de mulheres e de homens. No entanto, devido ao facto de as mulheres ainda terem menor poder económico, social e político do que os homens, as despesas públicas, bem como as diferentes formas através das quais os governos escolhem aumentar as suas receitas, muitas vezes têm um impacto diferente sobre mulheres e sobre homens.

A fim de desenvolver um processo de orçamentação que contribua para a igualdade de género, os atores de políticas devem primeiro entender a situação real das mulheres em relação aos homens na sociedade. Por exemplo:

- Devido às diferenças salariais existentes entre mulheres e homens, à menor participação das mulheres no mercado de trabalho e a uma maior percentagem de mulheres em empregos de mais baixa remuneração, as mulheres, em geral, têm menores rendimentos do que os homens. Portanto, em geral, mais homens irão beneficiar de uma redução nos níveis mais elevados de tributação, ao passo que, em geral, mais mulheres beneficiarão de um aumento do salário mínimo
- As mulheres têm, em geral, menos oportunidades de emprego a tempo inteiro com os decorrentes menores descontos para efeitos de pensão, têm interrupções mais frequentes no trabalho remunerado devido às responsabilidades do cuidado e, em média, ganham menos do que os homens. Assim, uma decisão do governo de fornecer incentivos fiscais para provisão de pensão privada,

quando as mulheres não têm ou têm menos dinheiro adicional para colocar em provisão privada, é enviesada em termos de género

- Uma análise orçamental sensível ao género do *New Deal Program* do Reino Unido³ no passado revelou que apenas 8% do financiamento do programa era direcionado para "famílias monoparentais" - das quais 95% eram constituídas por mulheres. Por outro lado, 57% dos fundos destinavam-se a uma categoria "jovens", dos/das quais apenas 27% eram do sexo feminino. Estes números mostram que o uso de critérios aparentemente neutros como a identificação de grupos sociais pode, na verdade, afetar as mulheres e os homens de forma diferente, já que esses grupos não são equilibrados em termos de sexo, por variadas razões
- Vários estudos mostram que as mulheres dependem mais fortemente do transporte público para os movimentos familiares, sociais e relacionados com o trabalho, do que os homens. Em Portugal, um estudo de 2016 evidencia que "*Em média, as mulheres utilizam mais os modos de transporte público do que os homens e fazem viagens de menor amplitude, mas em maior número, o que significa um padrão de viagem associado a atividades de cuidado familiar (viagens de propósito múltiplo)*"⁴ A diminuição da despesa estatal com os transportes públicos terá, por conseguinte, um impacto negativo maior na qualidade de vida das mulheres, e pode prejudicar indiretamente a mobilidade das mulheres e a sua capacidade de participação no mercado de trabalho.

Estes exemplos indiciam a importância de determinar a forma como as mulheres e os homens são distintamente afetados por diferentes opções políticas. E, na verdade, a necessidade de orçamentos sensíveis ao género foi internacionalmente reconhecida em várias ocasiões:

- É um compromisso assumido na **Plataforma de Ação de Pequim (1995)**:
 - **O parágrafo 345** refere que deve ser assegurada a integração de uma perspetiva de género nas decisões orçamentais sobre políticas e programas, bem como o financiamento adequado de programas específicos destinados a garantir a igualdade entre mulheres e homens
 - **O parágrafo 346** refere que os governos devem desenvolver "*esforços no sentido de uma análise sistemática da forma como as mulheres beneficiam das despesas do sector público; proceder a ajustamentos dos orçamentos para assegurar a igualdade de acesso às despesas do*

sector público, aumentando quer a capacidade produtiva, quer a resposta às necessidades sociais” refere ainda que os governos deverão “atribuir recursos suficientes, incluindo os necessários para levar a cabo análises de impacto de género”⁵

- **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)** sublinha a Igualdade na distribuição, acesso e financiamento de recursos públicos. (1979)
- **Unifem:** “O objetivo é o de mobilizar apoio político e financeiro para fortalecer as capacidades dos governos e das organizações da sociedade civil para levarem a cabo essas iniciativas e apoiar a visão global das iniciativas dos orçamentos sensíveis ao género em todos os países até 2015.”⁶ (2001). Até à data, cerca de 80 países lançaram algum tipo de iniciativa com vista a orçamentos sensíveis ao género.

Estes compromissos devem ser traduzidos em ação pelos governos em todos os níveis. É preciso reconhecer que as questões da igualdade de género são relevantes para o trabalho de todos os Ministérios e de todos os programas e em relação a todos os tipos de despesa pública e receitas, e não apenas nas áreas que visam especificamente melhorar a situação das mulheres.

Em suma, **ignorar o impacto de género dos orçamentos não é neutralidade: é tornar invisível uma dimensão fundamental do ponto de vista dos valores sociais que afirmamos manter.** Os orçamentos não são meros documentos técnicos; eles refletem a forma como os governos estabelecem as suas prioridades e moldam e implementam as suas políticas. Eles são uma das ferramentas mais importantes para os/as decisoras/es políticos implementarem as suas decisões. **Portanto, os orçamentos são indicadores do compromisso de um governo em atender às necessidades das mulheres e alcançar a igualdade de género**⁷.

O que é um orçamento sensível ao género?

O orçamento sensível ao género visa analisar qualquer forma de despesa e de receita pública através de uma perspetiva de género, ou seja, identifica as diferentes implicações que as receitas e as despesas têm nas meninas e nas mulheres, bem como em diferentes grupos de mulheres, em comparação com os meninos e os homens. O objetivo final do

orçamento sensível ao género é o de moldar os orçamentos para que promovam ativamente a igualdade de género.

Importa esclarecer o que os orçamentos sensíveis ao género não são:

- **Não são** orçamentos separados para mulheres
- **Não são** uma análise parcial do orçamento, ou seja, apenas da(s) parte(s) que se pressupõe a priori ter(em) impacto explícito sobre as questões de género
- **Não se traduzem** em mais despesa e menos impostos

Os orçamentos sensíveis ao género são, isso sim, instrumentos para:

- Incluir a perspetiva de género no orçamento e a análise do orçamento de acordo com os seus impactos nas mulheres e nos homens
- Incluir a perspetiva de género em todo o orçamento, incluindo em linhas orçamentais aparentemente neutras em termos de género
- Redefinir as prioridades e orientações das despesas e reestruturar a tributação

Os orçamentos sensíveis ao género visam ainda outros importantes objetivos:

- **Aumentar a participação das mulheres** na tomada de decisões económicas e no processo orçamental.
- Maior **consulta pública e participação** na preparação e acompanhamento do orçamento. O orçamento sensível ao género não visa somente uma maior participação das mulheres, mas, também, um aumento da compreensão das pessoas em geral sobre as questões orçamentais.
- Melhorar a **transparência e eficiência em termos de resultados das decisões orçamentais do governo.**
- Aumentar a possibilidade de **responsabilização dos governos pelos compromissos assumidos** em relação à igualdade de género - ao tornar o processo orçamental mais consultivo e transparente, os governos podem ser pressionados a assumir a responsabilidade de elaborar orçamentos sensíveis ao género.
- **Fornecer uma ferramenta crítica de acompanhamento das despesas** - Embora os compromissos com a igualdade de género possam estar presentes no orçamento, as despesas reais podem ainda não promover a igualdade entre mulheres e homens. Por conseguinte,

é importante não só analisar as medidas orçamentais previstas, mas também avaliar as despesas reais e os seus efeitos sobre as mulheres e os homens

- Desenvolver um **conjunto alternativo de valores** através da implementação de avaliações pelos/as beneficiários/as que procurem aferir se as mulheres e os homens acreditam que os orçamentos respondem às suas necessidades ou não

Elementos a considerar em relação aos orçamentos sensíveis ao género

9

O "agregado familiar" – desigualdade de recursos e de poder

Geralmente, o planeamento e a análise do orçamento tomam o agregado familiar como unidade básica. Contudo, esse método negligencia o facto de, dentro da "família", os recursos serem frequentemente distribuídos de forma desigual entre mulheres e homens, o que não impede, ainda hoje, que na maioria dos agregados familiares, as mulheres sejam consideradas o segundo assalariado, cujo rendimento é mais fortemente tributado⁸. Além disso, considerar a família como a base da análise torna, em muitos casos, as mulheres invisíveis ou trata-as como dependentes de homens, para além de não levar devidamente em conta as necessidades específicas das famílias monoparentais maioritariamente dependentes de mulheres.

O impacto das decisões orçamentais sobre o trabalho não pago

O trabalho do cuidado na esfera do privado, o trabalho doméstico e o trabalho comunitário são fatores importantes para sustentar famílias, comunidades e a sociedade como um todo. Os cortes nas despesas públicas e reformas nos serviços sociais, com o objetivo declarado de aumentar a eficiência económica, muitas vezes limitam-se, simplesmente, a transferir parte da carga de trabalho do setor público para a esfera privada (das famílias), causando uma maior carga de trabalho de assistência/do cuidado não remunerado.

O trabalho não reconhecido e não pago funciona como um amortecedor para as economias nacionais absorverem os piores efeitos das decisões orçamentais de redução de serviços públicos sociais e do cuidado/assistência. No entanto, o trabalho não remunerado não é reconhecido no planeamento orçamental, e é desigualmente partilhado entre mulheres e homens na maioria dos países. A desigualdade no trabalho não remunerado é um dos principais obstáculos à igualdade no

trabalho remunerado e ao pleno desenvolvimento dos talentos das mulheres e dos homens.

Efetivamente, o impacto das decisões orçamentais relativas aos serviços públicos nas mulheres e nos homens está intimamente ligado à quantidade de trabalho não remunerado necessário e efetivamente desempenhado por ambos. Por exemplo, as medidas para reduzir os custos financeiros dos serviços de saúde (Sistema Nacional de Saúde), através da redução das estadas de pacientes nos hospitais, transferem muitas vezes a carga com os cuidados de convalescença para as mulheres. Isto conduz a um desperdício de recursos humanos e a falsas economias, porque os custos para mulheres e famílias não são orçamentados, nem o são a perda de bem-estar social, nem o reforço das desigualdades de género.

As várias dimensões da desigualdade e as políticas públicas

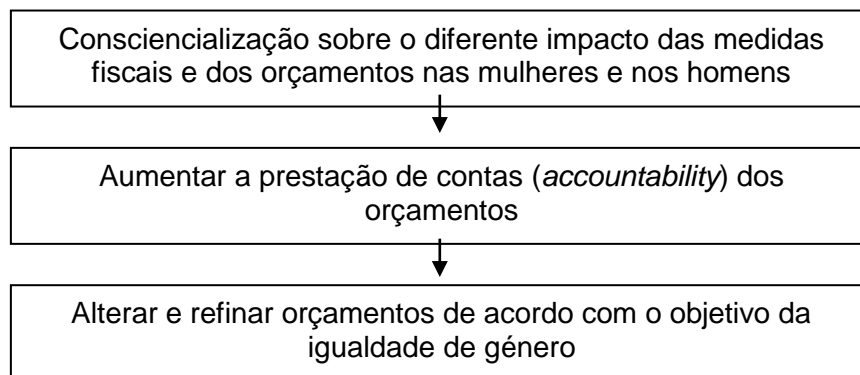
O orçamento sensível ao género deve ser estruturado por forma a considerar explicitamente outras diferenças que conduzem a formas de desigualdade: sejam aspetos de identidade, como orientação sexual ou religião ou dinâmicas socioeconómicas, como rendimento ou localização geográfica⁹.

“Análise de género no orçamento” e “orçamento sensível ao género”

Por vezes, os termos "análise de género no orçamento" e "orçamento sensível ao género" são utilizados de forma distinta: uma análise de género de um orçamento inclui uma análise do impacto que a despesa e a receita têm sobre as mulheres e sobre os homens. Um orçamento sensível ao género indica um processo mais ativo de reformulação das prioridades, a fim de contribuir para a igualdade entre mulheres e homens.

No entanto, a distinção é artificial. Um orçamento sensível ao género é sempre a consequência de uma análise de género do orçamento. Numa sociedade que se comprometeu com a igualdade entre mulheres e homens, uma análise de género do orçamento, mesmo que destinada, numa primeira fase, à consciencialização, deve, a longo prazo, culminar sempre na produção de um orçamento sensível ao género.

Rhonda Sharp identifica 3 objetivos interdependentes e hierárquicos que mostram a interconexão entre uma análise de género do orçamento e orçamentos sensíveis ao género:¹⁰



Orçamentos sensíveis ao género e *mainstreaming* de género

No contexto da UE, o *mainstreaming* de género significa a inclusão, pelos governos e agentes institucionais da UE, da dimensão da igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas e programas, de modo a conseguir-se não só analisar os seus efeitos sobre mulheres e sobre os homens antes da tomada de decisão, mas também implementar, avaliar e rever políticas e processos políticos levando em consideração as questões de género.

O orçamento sensível ao género traduz-se, como vimos, na introdução da dimensão da igualdade entre mulheres e homens nos procedimentos orçamentais e na sua avaliação, e na mudança dos orçamentos públicos para que contribuam para o objetivo da igualdade entre mulheres e homens. Os orçamentos são um aspeto da elaboração das políticas, entre outros. Desta forma, um compromisso sério para com o *mainstreaming* de género implica, entre outras iniciativas, a existência de orçamentos sensíveis ao género.

Orçamentos sensíveis ao género e boa governança

Nos últimos anos, e especialmente no contexto da globalização, houve um vigoroso apelo a medidas de boa governança.

As definições de boa governança variam, mas há características comuns que podem ser identificadas. A boa governança significa estabelecer regras, procedimentos e ações para que o poder seja exercido de forma a ser: participativo, prestador de contas, transparente, previsível, orientado para os consensos, responsivo, efetivo / eficiente, inclusivo / equitativo, e de acordo com o estado de direito.

Os argumentos a favor da boa governança são de duas ordens: por um lado, existem razões éticas e jurídicas para uma forma mais inclusiva, participativa e transparente de exercer o poder, de modo a incluir, por exemplo, mais vozes da sociedade civil nos processos de tomada de decisão. Por outro lado, existem razões ligadas à eficiência e eficácia. **O Fundo Monetário Internacional** reconhece que, para promover o crescimento económico e a eficiência, é cada vez mais importante promover a transparência das contas públicas¹¹. Um estudo do **Banco Mundial** sobre esta questão encontrou uma forte correlação entre a participação das mulheres na tomada de decisão e a boa governança.¹²

A realização de orçamentos sensíveis ao género é, entre outras medidas, uma forma de introduzir mais participação, transparência e responsabilidade nas políticas orçamentais. O orçamento sensível ao género é, portanto, parte integrante das estratégias de boa governança.

Orçamentos sensíveis ao género e eficácia económica

Ignorar o impacto de género dos orçamentos não é apenas questionável do ponto de vista dos valores, é igualmente dispendiosa do ponto de vista da eficácia económica, do potencial de crescimento e do bem-estar de um país.

As desigualdades de género eram, até há pouco tempo, raramente medidas ou até mesmo reconhecidas. Contudo, estudos recentes mostram que as desigualdades de género têm um impacto negativo no desempenho geral da economia e impõem custos para a sociedade como um todo. Na UE, estimou-se que os avanços na igualdade de género contribuiriam para aumentar até 9,6% o PIB *per capita* até 2050¹³. Neste quadro, uma análise de género do processo de planeamento orçamental melhora a alocação de recursos e contribui para alcançar a igualdade de género.

Os custos diretos e indiretos das políticas orçamentais que ignoram as questões de género podem ser medidos na menor eficiência económica, menor produtividade, menor desenvolvimento das capacidades das pessoas e menor qualidade de vida. Os estudos demonstraram que o **investimento nas mulheres é economicamente eficiente e aumenta o crescimento económico**. A investigação sobre a desigualdade de género no mercado de trabalho, por exemplo, indica que a eliminação da discriminação de género na ocupação e nos salários pode aumentar não só o rendimento das mulheres, mas também o rendimento nacional.¹⁴

ATORES, MOMENTOS E NÍVEIS DE ATUAÇÃO - DETALHES DO ORÇAMENTO DE GÉNERO

Componentes do orçamento, atores, momentos

Receita e Despesa do Estado

O processo de orçamentação sensível ao género pode ser aplicado tanto à componente da despesa como à componente geradora da receita de um orçamento público. A maioria das iniciativas orçamentais sensíveis ao género concentrou-se no lado da despesa dos orçamentos. Por exemplo, o trabalho da *Women's Budget Group* no Reino Unido concentra-se, principalmente, nos efeitos desvantajosos das mudanças nos sistemas de segurança social e fiscal nas mulheres.

13

Áreas de despesa pública

Grosso modo, existem três grandes tipos de despesa pública:

- **Transferências** (tais como pensões, abono de família, etc., destinadas a assegurar rendimento em situações como a velhice, a invalidez e o desemprego)
- **Serviços** (bens públicos e serviços públicos - defesa e segurança, justiça, educação e saúde, etc.)
- **Subsídios** (por exemplo, subsídios agrícolas, etc.) [para além de juros com a dívida pública].

As mudanças nas despesas públicas têm um **impacto direto** e **indireto** no padrão de vida de todas as pessoas. Mudanças nas transferências, como as pensões e subsídios de desemprego, modificam o rendimento real individual de mulheres e de homens. Mudanças nos subsídios - por exemplo, para produtos agrícolas - alteram frequentemente os preços dos bens e, portanto, podem indiretamente influenciar o padrão de vida.

Para analisar os efeitos/impactos de um orçamento sobre as mulheres e sobre os homens, a soma das despesas pode ser dividida em três categorias:

Total de despesa = Despesas segmentadas por sexo + Despesas que promovem a igualdade + Despesas mainstream

- **As despesas segmentadas por sexo**, também designadas como despesas específicas por sexo, dizem respeito às necessidades particulares de mulheres (ou de homens), por exemplo programas para a saúde reprodutiva das mulheres, serviços no âmbito da violência contra as mulheres, programas especiais para mulheres com crianças pequenas, etc.. Configuram-se como medidas especiais temporárias ou ações positivas.
- **As despesas que promovem a igualdade de oportunidades e a coesão social** são despesas que visam a igualdade de género, como a licença parental paga, as estruturas de apoio à infância e outros dependentes, etc.. O grau em que contribuem para uma maior igualdade de género pode variar.
- **As despesas *mainstream*** que, na maioria dos países, compõem 99% das despesas totais do Estado, visam disponibilizar bens e serviços para toda a comunidade. Estas são as despesas que são percecionadas como neutras em termos de género, pelo que é particularmente importante analisar essa parcela das despesas em termos do seu impacto diferenciado sobre as mulheres e sobre os homens.

Ao examinar as três categorias de despesas públicas, podem ser estabelecidos indicadores para avaliar e acompanhar o impacto de género de um orçamento. Tais indicadores podem medir o peso da parcela das despesas explicitamente visando a igualdade de género no total das despesas, ou avaliar a parcela das despesas dedicadas aos serviços públicos de especial importância para as mulheres. Idealmente, esses indicadores devem incluir estatísticas que mostrem que proporção da despesa, realmente, se traduz em benefícios tangíveis para as mulheres.

Receitas públicas

Do lado da receita, podemos distinguir três categorias principais de receitas: impostos, receitas de utilização de serviços públicos e fundos.

- **Impostos:** diretos (sobre o rendimento), e indiretos (sobre o consumo) como o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), impostos sobre o álcool e o tabaco, etc.; contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE
- **Taxas de utilização de serviços:** eletricidade, água, educação, saúde, etc.

- **Outros fundos:** receitas de vendas de ativos, receitas de aplicações financeiras, etc.

A título de exemplo, adianto apenas breves considerações sobre o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

O IVA é um imposto indireto sobre o consumo, igual para todas as pessoas em qualquer produto num país, por exemplo, um jornal. Mas um aumento do IVA afeta da mesma forma mulheres e homens? Sendo o mesmo para todas/os, e desconsiderando as diferenças de rendimento de umas e de outros, um aumento no IVA proporcionalmente afeta mais as pessoas com menores rendimentos, entre as quais as mulheres estão sobre representadas.

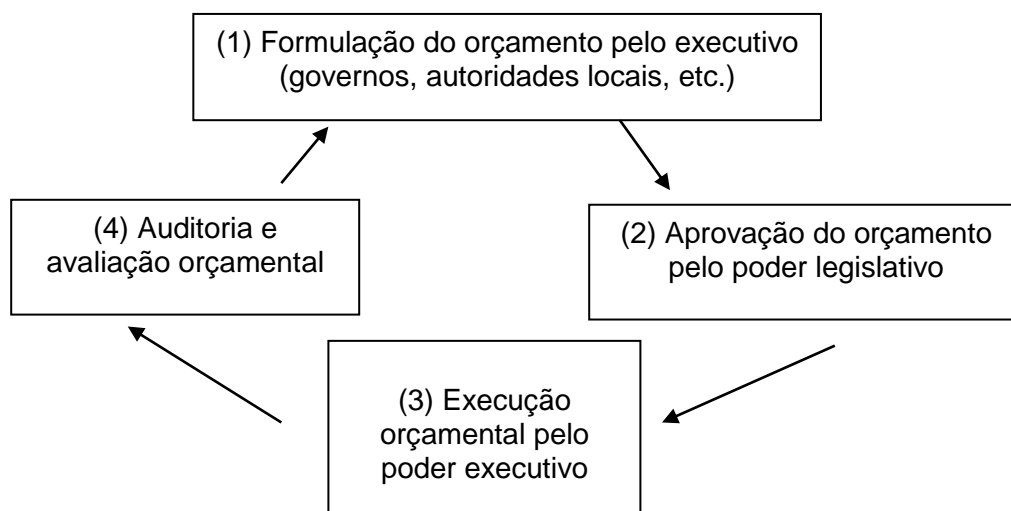
Aumentar os impostos sobre o rendimento, por outro lado, afeta mais os homens, que têm maiores rendimentos do trabalho, sendo portanto uma medida suscetível de reduzir a disparidade de género no rendimento disponível.

A escolha política sobre o imposto a aumentar é, conseqüentemente, também uma escolha por maior ou menor igualdade de género.

O calendário da ação – etapas do ciclo orçamental

Antes de planear qualquer iniciativa de orçamento sensível ao género, é importante definir exatamente os objetivos da iniciativa específica e obter uma visão clara do ciclo orçamental e dos momentos-chave para a intervenção.

A maioria dos orçamentos públicos é feita por um ano e, nesse ano, há diferentes etapas do chamado ciclo orçamental. O diagrama seguinte mostra as quatro etapas principais do processo orçamental. As fases (1) e (2) são etapas do **planeamento orçamental**, a etapa (3) incide sobre a **distribuição da despesa** e na fase (4) os orçamentos são **avaliados**.



Se uma iniciativa de orçamento sensível ao género visa alcançar mudanças reais nas políticas e prioridades orçamentais, terá que influenciar as fases iniciais (1) e (2). A fase (2) geralmente é a que atrai maior atenção pública, mas a possibilidade de influenciar o orçamento nessa fase depende da força da intervenção do poder legislativo no processo orçamental.

As iniciativas no âmbito das fases (3) e (4) visam, principalmente, avaliar o impacto das decisões orçamentais sobre as mulheres e sobre os homens, e um aumento da consciencialização, mostrando os efeitos dos orçamentos em termos de (des)igualdade de género e destacando possíveis desvios entre a alocação do dinheiro e a despesa real. São iniciativas mais da ordem prospetiva, de futuro.

Mesmo que os orçamentos sejam desenhados ano a ano, **o processo é o de um ciclo contínuo**: portanto, a análise do orçamento numa perspetiva de género iniciada nas etapas (3) e (4) pode, também, ser usada para fomentar reformas nas etapas (1) e (2) nos anos seguintes. Uma análise no final do processo pode ser um bom ponto de partida nalguns casos.

Também é importante identificar onde está localizado o poder orçamental nas diferentes etapas do ciclo orçamental. Muitas iniciativas sobre orçamentos sensíveis ao género são destinadas aos parlamentares, porque a fase de promulgação no parlamento é mais conhecida e atrai maior atenção do público. No entanto, se o legislador

tiver um poder orçamental muito limitado, nenhuma mudança real no orçamento pode ser alcançada nesta fase. A distribuição precisa dos poderes orçamentais varia entre países, portanto, um conhecimento detalhado do processo é necessário.

Atores que podem iniciar orçamentos sensíveis ao género

Os Estados-Membros da UE comprometeram-se a implementar a estratégia do *mainstreaming* de género em todos os domínios, pelo que é seu dever integrar a perspetiva de género nas políticas orçamentais. No entanto, em muitos casos, outros atores, como parlamentares ou organizações de mulheres, foram iniciadores importantes de iniciativas de orçamentos sensíveis ao género.

17

A responsabilidade política dos governos

É crucial apontar para um compromisso político com o orçamento sensível ao género por parte dos mais altos decisores de política e institucionalizar o processo. Nos governos, estas iniciativas devem ser trazidas pelo Ministério das Finanças, e nestes pelo órgão responsável pelo planeamento orçamental. Os outros ministérios, no entanto, também desempenham um papel importante na consciencialização sobre os impactos específicos de género da despesa da receita pública.

Exemplos:

Na **Suécia**, todos os ministérios, incluindo o Ministério das Finanças, devem estabelecer objetivos e metas de igualdade de género nos programas propostos no projeto de orçamento; mas muitos outros países preferem uma abordagem setorial, visando alguns ministérios importantes para iniciar os processos de orçamentos sensíveis ao género.

Na **Noruega**, em 2003 e pela primeira vez, o orçamento incluiu uma perspetiva de género nalgumas políticas selecionadas, focalizando-se nas implicações das despesas e das receitas e alocações específicas a mulheres e homens, e incluindo uma análise sobre se as desigualdades de género diminuíam ou eram ampliadas em função das decisões orçamentais. Desde então, a análise foi alargada aos outros sectores.

O papel da sociedade civil

Os atores não-governamentais, e especialmente as organizações de mulheres, podem desempenhar um papel importante no lançamento de iniciativas. As ONG de direitos das mulheres, afinal, são a principal fonte

de informação sobre a situação das mulheres na sociedade. Na verdade, iniciativas eficazes de orçamentos sensíveis ao género requerem um uso combinado do conhecimento sobre igualdade de género e do conhecimento sobre finanças e políticas orçamentais. As ONG fornecem conhecimento especializado sobre os diferentes impactos que os orçamentos podem ter sobre as mulheres e sobre os homens e desenvolvem e disseminam o conhecimento sobre as iniciativas de orçamentos sensíveis ao género. Muitas vezes, é graças às ONG que a necessidade de orçamentos sensíveis ao género em todos os níveis de governo é reconhecida.

A primeira iniciativa de orçamentos sensíveis ao género foi iniciada por organizações de mulheres na Austrália em 1984. O governo australiano realizou uma análise orçamental sensível ao género 13 anos depois. No Reino Unido, a *Women's Budget Group (WBG)*, um *think tank* informal de investigadoras/es, membros de organizações de mulheres e sindicatos, atua, desde 1989, produzindo documentos de consulta pré-orçamento em cada novembro, descrevendo as principais políticas e propondo mudanças. Atualmente têm reuniões regulares com políticos/as e funcionários/as públicos para discutir as implicações da política fiscal para as mulheres.¹⁵

A experiência indica que o apoio ativo e o envolvimento da sociedade civil têm um efeito positivo na viabilidade das políticas orçamentais sensíveis ao género. O envolvimento direto das mulheres é crucial para esse sucesso. Quando não existe um compromisso legislativo, a agenda dos orçamentos sensíveis ao género frequentemente depende de um número limitado de pessoas e do seu compromisso pessoal de impulsionar o processo, o que causa problemas de continuidade. O objetivo de cada iniciativa deve ser, portanto, estabelecer o compromisso legal do governo, seja ao nível nacional, regional ou local.

Disseminar o conhecimento

A fim de garantir que as iniciativas de orçamentos sensíveis ao género ganhem a importância que merecem, e estabelecer as bases para processos sustentáveis, a consciencialização deve ser a primeira prioridade. **Workshops, seminários e formações** com pessoas que trabalham em orçamentos, sociedade civil, parlamentares e governos são esforços importantes para mostrar a invisibilidade das questões de género nos orçamentos e para fornecer aos atores um conhecimento básico dos dois campos relevantes para uma análise orçamental sensível ao género:

factos sobre processos orçamentais, macroeconomia e questões fiscais; conhecimentos sobre questões de género e discriminação de género.

As **publicações** - por exemplo, as da Women's Budget Group¹⁶ - são uma outra ferramenta útil para difundir o conhecimento sobre orçamentos sensíveis género. Embora as diferenças entre os países tenham que ser tidas em consideração no planeamento de uma iniciativa, o intercâmbio de boas práticas é muito importante para o desenvolvimento de atividades relativas aos orçamentos sensíveis ao género.

19

Nível de ação

Muitos países descentralizaram algumas competências de recolha de impostos e decisões orçamentais. O trabalho sobre orçamentos sensíveis ao género ao nível sub-nacional pode, portanto, ser muito eficaz. Os exercícios ao nível local são, frequentemente, mais fáceis de instigar. O alcance mais limitado da iniciativa e a possibilidade de um contato mais próximo entre aqueles/as na tomada de decisão e a sociedade civil são muitas vezes vantajosos.

No entanto, deve haver cuidado com o processo de descentralização. A descentralização dos serviços públicos ocorre frequentemente sem a alocação adequada de dinheiro e, portanto, conduz a uma mudança injusta do fardo financeiro e social para as regiões, autoridades locais, e / ou famílias e o Estado demite-se da responsabilidade da função orçamental. Em muitos casos, a descentralização significa desigualdades crescentes entre regiões.

Métodos e ferramentas

Dependendo do objetivo de uma iniciativa, Diane Elson distingue 7 métodos e ferramentas diferentes para realizar uma análise de género dos orçamentos. A distinção entre esses diferentes métodos é bastante específica e os termos utilizados para as diferentes ferramentas (entre parênteses) são bastante técnicos. No entanto, a distinção é útil porque destaca os vários objetivos das iniciativas de orçamentos sensíveis ao género¹⁷.

1 - Análise de género das políticas e do seu impacto sobre as mulheres e sobre os homens (*Gender-aware policy appraisal*)

Uma *Gender-aware policy appraisal* começa com o pressuposto de que **os orçamentos devem seguir compromissos políticos** e que a igualdade

entre mulheres e homens é uma das questões políticas que os orçamentos devem considerar. Portanto, o primeiro passo é examinar todas as políticas de acordo com seu impacto na igualdade de género. O segundo passo é analisar se foram alocados os recursos adequados para a implementação das políticas.

O objetivo deste método é **identificar questões de género implícitas e explícitas** no orçamento e alocações de recursos relacionadas, para avaliar se **a política delineada e as suas implicações orçamentais reforçam ou alteram as desigualdades existentes entre mulheres e homens** e, finalmente, verificar se o dinheiro é alocado de forma a reduzir as desigualdades existentes.

Exemplo:

Uma análise do **Programa de Reforma Agrícola da África do Sul** mostrou que as províncias mais pobres daquele país eram desproporcionalmente rurais e continham um número marcadamente maior de mulheres e crianças. Uma análise preliminar de género da situação nessas províncias mostrou que as restrições legais impediram o acesso das mulheres à terra e aos recursos financeiros. Portanto, sublinhou a importância do reconhecimento, por parte do Programa de Reforma Agrícola, dessas desigualdades. Graças a esta *Gender-aware policy appraisal*, o Programa de Reforma Agrícola incluiu formação em igualdade de género e questões de género no seu sistema de acompanhamento e avaliação.

2 - Análise da forma como as mulheres e os homens avaliam se, e como, os orçamentos respondem às suas necessidades específicas (Gender-disaggregated Beneficiary Assessment)

As *Gender-disaggregated beneficiary assessments* analisam a forma como **as mulheres e os homens avaliam em que medida os serviços públicos e as despesas públicas respondem às suas necessidades**. Os/as beneficiários/as potenciais e reais de um programa dão a sua opinião sobre os aspetos qualitativos e quantitativos da implementação de determinadas rubricas orçamentais. Esta avaliação está intimamente relacionada com o orçamento participativo, na medida em que visa melhorar a participação da sociedade civil, e especialmente das mulheres, no processo. Mas, neste método, as pessoas não estão incluídas no planeamento orçamental; a sua opinião é apenas indiretamente (através de inquéritos) levada em consideração.

Exemplo:

Numa avaliação realizada na Austrália, adultos de ambos os sexos foram inquiridos sobre se gostariam que as despesas públicas em determinados domínios, como transportes públicos, defesa nacional, educação, habitação, etc. fossem aumentadas. Uma análise das respostas desagregada por sexo, provavelmente, teria mostrado diferenças nas respostas dadas por mulheres e por homens, mas, infelizmente, não foi realizada.

3 - Comparação da despesa pública com o número de mulheres e de homens abrangidos pela despesa (*Gender-disaggregated Public Expenditure Incidence Analysis*)

Esta análise compara as despesas públicas para um determinado programa **por forma a revelar a distribuição da despesa entre mulheres e homens**. Requer dados quantitativos adequados desagregados por sexo, algo que, na maioria dos casos, não está disponível.

Exemplo:

No Sri Lanka, uma análise da despesa pública desagregada por sexo mostrou que uma redução nas despesas alocadas ao *Programa Food Ration and Food Stamp Beneficiary Programme* no final da década de oitenta provocou graves carências alimentares que atingiram principalmente mulheres e meninas: as meninas apresentavam níveis mais elevados de má nutrição e o peso à nascença dos bebés de mães com mais baixos rendimentos diminuiu¹⁸

4 - Análise das receitas públicas de acordo com seu impacto sobre as mulheres e sobre os homens de forma individual e não com base no agregado doméstico (*Gender-disaggregated Revenue/Tax Incidence Analysis*).

Uma análise da incidência da receita/impostos desagregados por sexo reconhece que, na maioria dos casos, a parte no rendimento e nos impostos pagos no agregado familiar é desigualmente distribuída entre mulheres e homens. Neste método, em vez de olhar para o agregado familiar, analisa-se **o montante relativo de impostos diretos e indiretos pagos individualmente por mulheres e por homens**. Os impostos indiretos, como o IVA, afetam as mulheres e os trabalhadores de mais baixos rendimentos em geral de forma desproporcionada, uma vez que uma maior proporção dos seus rendimentos é gasta com esses impostos indiretos.

5 - Utilização de estudos sobre o uso do tempo para incluir o impacto do trabalho não pago de mulheres e de homens na análise do orçamento (*Gender-disaggregated Analysis of the Impact of the Budget on Time Use*).

Uma análise desagregada por sexo do impacto do orçamento nos usos do tempo enfatiza o vínculo entre alocações orçamentais e a forma como o tempo é usado nas famílias.

Os orçamentos públicos, em particular no que se refere aos serviços de cuidado públicos, dependem fortemente do trabalho não pago feito principalmente por mulheres. Os estudos sobre os usos do tempo evidenciam que, em quase todos os países, as mulheres gastam mais tempo do que os homens no trabalho – remunerado e não remunerado. Esta contribuição para a economia permanece invisível em termos financeiros. Somente através da inclusão do valor do trabalho não pago podem os custos totais, e não apenas os custos financeiros, ser reconhecidos, evitando falsas economias.

As políticas que impõem um fardo financeiro às famílias, como a redução dos benefícios nos cuidados de saúde, muitas vezes impõem uma carga adicional de tempo, que é principalmente realizada pelas mulheres. Tal representa um obstáculo para as mulheres exercerem emprego remunerado, trabalharem a tempo inteiro, ou assumirem maiores responsabilidades no trabalho. As políticas que reduzem o peso do tempo, por outro lado, podem eliminar os constrangimentos críticos sobre a capacidade das mulheres escaparem da pobreza.¹⁹

6 – Quadros de política macroeconómica a médio prazo sensíveis ao género (Gender-aware Medium Term Macroeconomic Policy Framework)

Um quadro de políticas macroeconómicas a médio prazo, sensível ao género, tenta ultrapassar a perspetiva anual da maioria dos orçamentos e **introduzir um quadro de médio prazo** para avaliar o impacto das políticas sobre as mulheres e sobre os homens. Um quadro de médio prazo também analisa mais amplamente as consequências macroeconómicas das políticas. O objetivo desta abordagem é ter um efeito nos futuros orçamentos e desenvolver um modelo para orçamentos plurianuais.

Exemplo:

Na Irlanda, o governo elaborou diretrizes para a avaliação de impacto de género (GIA) para que a mesma fosse incorporada na implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento – este foi um plano de despesas plurianual, iniciado em 2000.

7 - Avaliação dos orçamentos de acordo com sua sensibilidade ao género (Gender-aware Budget Statement)

Uma declaração sobre o orçamento em termos de género analisa o orçamento e os seus impactos na igualdade de género utilizando qualquer um dos sete métodos e ferramentas apontados por Diane Elson para realizar uma análise de género dos orçamentos.

A necessidade crucial de estatísticas desagregadas por sexo

Tomando em consideração a distinção prévia de atores, níveis e diferentes componentes do orçamento a serem levadas em consideração, é possível distinguir vários métodos e ferramentas para realizar orçamentos sensíveis ao género.²⁰ No entanto, o uso de qualquer uma das ferramentas ou métodos existentes depende da disponibilidade de **dados desagregados por sexo**. Em muitos casos, esses dados não estão disponíveis ou são insuficientes.

Sem esses indicadores, muitas decisões políticas são tomadas sem que os/as decisores/as tenham uma imagem clara da situação e das necessidades das mulheres. A recolha de **estatísticas desagregadas por sexo**, que mostre as diferenças entre as situações de partida de mulheres e homens, é o primeiro passo para políticas e orçamentos sensíveis ao género. As estatísticas desagregadas por sexo devem ser elaboradas e disponibilizadas não só para os ministérios e funcionários/as públicas/os, mas para todas as pessoas, permitindo uma discussão mais ampla sobre o impacto de género das políticas.

Ana Sofia Fernandes
Secretária-Geral da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
Membro do Conselho de Administração do Lobby Europeu das Mulheres

NOTAS / PARA SABER MAIS

¹ Ver <https://dre.pt/home/-/dre/114425586/details/maximized>

² Ver *Igualdade de Género em Portugal: indicadores-chave 2017*, publicação da CIG disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/AF_CIG_FactSheet.pdf

³ Programa do Governo do Reino Unido para levar as pessoas de volta ao mercado de trabalho. Esta análise foi realizada pela *UK Women's Budget Group*: <https://wbg.org.uk/>

⁴ Ver o estudo de 2016 *Género e mobilidade: Desigualdade no espaço e tempo. Informação para as políticas*. Lisboa: Edição Centro de Estudos Geográficos. Pág. 40. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B84v7xDTdfb1aFBmbkdOY0g4Um8/view>

⁵ Ver a publicação *Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género: a Plataforma de Ação de Pequim (1995-2005)*. Lisboa: CIG, Coleção Agenda Global. Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/wp-content/ficheiros/2016/01/Plataforma-Accao-Pequim-PT.pdf>.

⁶ Comunicado da UNIFEM na Conferência “*Towards Gender-Responsive Budgeting*” *Strengthening economic and financial governance through gender responsive budgeting*, 17 de outubro de 2001, Bruxelas, disponível em: https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/gender_report_conf_oct01.pdf. A UNIFEM era um órgão das Nações Unidas, criado em 1976, com a missão de fornecer assistência técnica e financeira a programas inovadores e estratégias que contribuíssem para assegurar os direitos das mulheres, a sua participação na política e a sua independência económica. Com a criação da ONU Mulheres, a UNIFEM deixou de existir, tendo sido incorporada naquela.

⁷ Na Suécia, por exemplo, o compromisso político de proporcionar cuidados de qualidade à infância a um preço acessível - uma condição reconhecida para possibilitar às mulheres e aos homens a escolha de exercer um emprego remunerado ou não -, está refletida na sua dotação orçamental em % do PIB.

⁸ Diane Elson apelida esta prática de *viés masculino do sustento de família*; Ver: “*Macroeconomics and Macroeconomic Policy from a Gender Perspective*”, disponível em <https://www.cepal.org/mujer/curso/elson3.pdf>

⁹ Na África do Sul, as análises de género e raça foram combinadas para determinar os impactos nas mulheres e homens brancos em comparação com outros grupos raciais. O sistema GBA + (Gender Based Analysis Plus) do Canadá é identificado como uma “boa prática” a este respeito no próximo OCDE Gender Budgeting Toolkit.

¹⁰ Ver a publicação de 2004 do European Women's Lobby *Gender budgeting, an overview by the European Women's Lobby*, disponível em https://www.womenlobby.org/IMG/pdf/ewl_gender_budgeting_publication_2004_en.pdf

¹¹ Ver a publicação do IMF de 1997 *Good Governance. The IMF's Role*. Washington, disponível em: www.imf.org/external/pubs/ft/exrp/govern/govern.pdf

¹² Ver www.worldbank.org/gender/

¹³ EIGE (2017), *Economic Benefits of Gender Equality in the European Union: Report on the empirical application of the model*. Luxemburgo: Edição do European Institute for Gender

Equality. Disponível em: <http://eige.europa.eu/rdc/eige-publications/economic-benefits-gender-equality-european-union-report-empirical-application-model>

¹⁴ Por exemplo, pode contribuir para o aumento do consumo interno pelo simples facto de as mulheres ganharem o mesmo que os seus pares masculinos.

¹⁵ A PpDM, pela sua natureza particular enquanto coletivo de ONGs promotoras dos direitos das mulheres e da igualdade entre mulheres e homens, configura-se com especial estatuto para desencadear este processo em Portugal. Não obstante, tal implicará necessariamente um apoio financeiro regular à estrutura.

¹⁶ Ver <https://wbq.org.uk/>

¹⁷ Diane Elson (1997): Tools for gender integration into macroeconomic policy, in: Link to Gender and Development, 2, Summer, p. 13.

¹⁸ Ver a publicação de 2004 do European Women's Lobby *Gender budgeting, an overview by the European Women's Lobby*, disponível em https://www.womenlobby.org/IMG/pdf/ewl_gender_budgeting_publication_2004_en.pdf

¹⁹ Exemplos referidos em United Nations Development Programme (1997), Human Development Report, New York, Oxford University Press.

²⁰ Ver a publicação de 2004 do European Women's Lobby *Gender budgeting, an overview by the European Women's Lobby*, disponível em https://www.womenlobby.org/IMG/pdf/ewl_gender_budgeting_publication_2004_en.pdf

PARA SABER MAIS

European Women's Lobby (2004), *Gender budgeting, an overview by the European Women's Lobby*. Bruxelas: Edição de European Women's Lobby. Disponível em: https://www.womenlobby.org/IMG/pdf/ewl_gender_budgeting_publication_2004_en.pdf

Quinn, Sheila (2013), *Orçamentos sensíveis ao género – Manual sobre a implementação prática de uma perspetiva de género no processo orçamental*. Lisboa: Edição CIG. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/siic/wp-content/uploads/2015/01/Manual_CoE-PT_CIG_net.pdf

Downes, R., von Trapp, L. e Nicol, Scherie (2017), Gender budgeting in OECD countries, *In OECD Journal on Budgeting, Vol. 2016/3*. Edição de OECD. Disponível em: <http://www.oecd.org/gender/Gender-Budgeting-in-OECD-countries.pdf>

UNIFEM (2008), *Budgeting for women's rights – Monitoring Government Budgets for Compliance with CEDAW. A summary guide for police makers, gender equality and human rights advocates*. Nova Iorque: Edição de UNIFEM. Disponível em: <http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/media/publications/unifem/budgetingforwomensrightssummaryguideen.pdf?la=en&vs=1006>

National Women's Council of Ireland (2017), *Gender budgeting is good budgeting: towards gender responsive budgeting in Ireland*. Edição do National Women's Council of Ireland. Disponível em: https://www.nwci.ie/images/uploads/Gender_Budgeting_is_Good_Budgeting_NWCI.pdf